

20/11/96 11
222

AMAZÔNIA

Governo monta estratégia para expulsar madeireiras

Warner Filho
Da equipe do Correio

O governo federal montou uma verdadeira operação de guerra para impedir a atuação ilegal de madeireiras asiáticas na Amazônia. As ações incluem Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente, Receita Federal, Banco Central e Exército.

O Banco Central já detectou a entrada, só de janeiro a junho deste ano, de pelo menos 320 milhões de dólares no país por parte das madeireiras para fazer negócios na Amazônia.

A quantia é maior do que todo o investimento que a Vale do Rio Doce pretende fazer para explorar a jazida de 150 toneladas de ouro em Serra Pelada — 250 milhões de dólares. Equivale a quase meio ano de arrecadação do governo do Distrito Federal, de cerca de R\$ 70 milhões por mês.

O governo também tem um dossiê sobre o principal operador das empresas asiáticas no Brasil. É o malaiense Loong Siew Kong, dono do passaporte K6579584, da Malásia. Ele atua, no país asiático, no setor de processamento da madeira para a fabricação de celulose.

LARANJAS

Pelo menos duas empresas malaienses (WTK e Sam-Ling) e uma chinesa (Tianjin Fortune Timber) têm injetado dinheiro na Amazônia. Elas compraram as madeireiras brasileiras Amaplac, Sifex e Compensa, que atuam no estado do Amazonas, nos municípios de Itacoatiara e Carauari.

“A tática consiste em tomar o controle acionário de empresas falidas e usar empresários brasileiros como laranjas”, explica o secretário de Desenvolvimento Integrado do Minis-

tério do Meio Ambiente, Raimundo Deusdará Filho.

Uma dessas empresas asiáticas, a WTK, aportou no Brasil 120 dos 2.100 tratores de que dispõe para realizar o trabalho de extração de madeira. A frota, rastreada, cruzou de barco a fronteira de Rondônia com a Bolívia, no departamento de Beni. Mas há a possibilidade de que parte da frota tenha permanecido no Brasil, segundo o superintendente do Ibama no Amazonas, Hamilton Casara.

Foram montadas quatro barreiras para fiscalizar carregamentos de madeira em pontos da Amazônia.

As bases estão na fronteira com Peru e Colômbia; no Pará, sobre o rio Amazonas, para impedir a saída para o Atlântico; na divisa dos estados de Rondônia e Mato Grosso; e na fronteira com a Venezuela.

Ibama recusou plano ilegal

Recentemente a madeireira Amaplac, ligada aos malaienses, apresentou ao Ibama um plano de manejo para 205 mil hectares de floresta no município de Carauari. O projeto foi reprovado. A área apresentada para exploração de madeira era irregular e faltavam o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental.

A mesma empresa levou multa de R\$ 70 mil depois que o Ibama encontrou na sede da madeireira um estoque irregular de 2 mil metros cúbicos de madeira — quantidade que, para ser transportada, lotaria 200 caminhões. Toda essa madeira foi apreendida por ter sido extraída clandestinamente.

INVESTIGAÇÃO

“Estamos nos calcanhares desse pessoal. A ação deles é feita sempre à sombra da lei”, acusou o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, que participou ontem, na Câmara, de audiência na comissão que estuda a presença das madeireiras asiáticas no país.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deputado Gilney Viana (PT-MT) se encontra hoje com o ministro da indústria primária da Malásia, Lin Ken Yaiak, que está em Brasília. “Quero saber do ministro como atuam lá as empresas madeireiras, qual a relação do governo dele com as indústrias, os investimentos deles no exterior e quais os interesses que a Malásia tem na Amazônia”, enumera o deputado.

Integrantes da comissão e do Ministério do Meio Ambiente pretendem viajar para a Amazônia nos próximos dias.

Só a WTK, segundo informações extra-oficiais, teria comprado 1,2 milhão de hectares de florestas em Carauari — área duas vezes maior que o Distrito Federal. (WF)